

**13. PROPOSTA-ACORDO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR DE PARCELA DE TERRENO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA HORTA URBANA:**

Do **Sr. Vereador Altino Bessa** submetendo proposta relativa ao acordo de cedência de utilização a celebrar entre o Município de Braga e a Junta de Freguesia de Gualtar, que tem por objeto a cedência a título gratuito da utilização do terreno situado no Lugar de Novaínho ou Estrada, da freguesia de Gualtar, deste concelho, para implementação da horta urbana.

Anexa-se o acordo de cedência.

## PROPOSTA

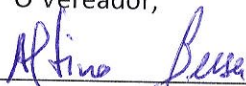
As hortas urbanas são uma realidade em todas as grandes cidades do mundo. Em Braga são inúmeras as atividades municipais que visam esta prática. Ao criar uma horta restabelecemos a biodiversidade, promovemos o combate às alterações climáticas, criamos hábitos de consumo saudáveis e proporcionamos momentos de partilha, aprendizagem e convívio entre os seus utilizadores.

É neste desígnio que o Município tem apoiado vários projetos para a criação de hortas urbanas no concelho, envolvendo as Juntas e Uniões de Freguesia. Desta estratégia é feito um balanço extremamente positivo, sendo que atualmente, existem mais de 30.000m<sup>2</sup> de área cultivada e um envolvimento estimado de mais de 4500 utilizadores.

Nesse sentido, proponho que o Sr. Presidente delibere no sentido de que seja celebrado o acordo de cedência de utilização com a Junta de Freguesia de Gualtar, da parcela de terreno para a implementação da horta urbana.

Braga, 29 de março 2021

O Vereador,



Altino Bessa, Eng<sup>o</sup>

**De:** Junta de Freguesia de Gualtar <junta.gualtar@gmail.com>  
**Enviado:** 13 de janeiro de 2021 15:06  
**Para:** Serviço Freguesias  
**Cc:**

**Assunto:** Cedência de Terreno à Junta para Construção de Hortas Urbanas

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga,

O Executivo da Junta de Freguesia vem por este meio solicitar a cedência do terreno em Anexo à Junta de Freguesia para construção de novas Hortas Comunitárias Urbanas. A razão deste pedido prende-se com o sucesso das hortas existentes e a grande procura por mais talhões.

Com os melhores cumprimentos  
O Presidente da Junta  
João Paulo Vieira





**Considerando que:** -----

1 – O Segundo Outorgante solicitou a cedência de um terreno, anexo à Junta de Freguesia, para construção de novas Hortas Comunitárias Urbanas, dado o sucesso das hortas existentes e a grande procura por mais talhões; -----

2 - O terreno em causa está integrado na dominialidade pública, tendo sido cedido para equipamento de utilização coletiva através do Alvará de Loteamento n.º 73/2002, conforme se pode observar na planta topográfica e quadro sinóptico que fazem parte integrante da Alteração n.º 2 ao referido Alvará; -----

3 - A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em mútua articulação, nos termos do estabelecido no artigo 7.º, n.º 1, e no artigo 23.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual); -----

4 - Compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais); -----

5 – O interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da disponibilização de terrenos para hortas urbanas, permite não só promover uma agricultura de subsistência e proporcionar atividades de lazer à população, mas também assegurar a limpeza e utilização produtiva dos terrenos em causa; -----

6 - A celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios. -----

7 – Nos termos do disposto no artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, “os imóveis do domínio público podem ser cedidos a título precário para utilização por outras entidades públicas.” -----

**É celebrado o presente contrato de comodato entre:** -----

**Primeiro Outorgante – Município de Braga**, pessoa coletiva número 506901173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato. -----

**Segundo Outorgante – Junta de Freguesia de Gualtar**, pessoa coletiva número 507 433 874, com sede na Rua da Bouça, n.º 4, 4710-053, Freguesia de Gualtar, neste ato representada pelo seu Presidente **João Paulo Carvalho Vieira**. -----

Disseram os outorgantes que é de livre e espontânea vontade que reciprocamente celebram o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

#### **Cláusula 1ª**

1 – O presente contrato tem por objeto a cedência, a título gratuito, à FREGUESIA, da utilização do terreno situado no lugar de Novaíinho ou Estrada, da Freguesia de Gualtar, deste concelho, adiante designado apenas por “terreno”. -----

#### **Cláusula 2ª**

1 – A FREGUESIA utilizará o terreno para construção de hortas urbanas, não lhe podendo dar outro fim. -----

2 - Finda a vigência do presente contrato, a FREGUESIA, deverá entregar ao MUNICÍPIO o “terreno” com todas as infraestruturas nele eventualmente construídas. -----

#### **Cláusula 3ª**

1 - Compete à FREGUESIA, proceder, por sua conta, a todas as obras e intervenções necessárias à construção do equipamento, garantindo sempre o enquadramento paisagístico do local, sendo, para o efeito, obrigatória autorização prévia do MUNICÍPIO. -----

#### **Cláusula 4ª**

A primeira outorgante autoriza, desde já, o segundo outorgante a fazer, no local, as obras e benfeitorias necessárias ou convenientes para melhorar as condições do referido prédio, sempre tendo em vista o fim ao qual o mesmo está destinado. -----

#### **Cláusula 5ª**

As obras e benfeitorias que forem executadas pelo segundo outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão à primeira outorgante sem direito a qualquer indemnização àquele. -----

**Cláusula 6ª**

O presente contrato produz efeitos a partir data da sua assinatura e terá a duração de um ano, sendo anualmente renovado se não for denunciado por qualquer das partes até 90 dias antes do seu termo. -----

**Cláusula 7ª**

O presente contrato caduca quando, por falta não imputável às partes, se torne factualmente impossível realizar os objetivos nele visados. -----

**Cláusula 9ª**

Em tudo o que este contrato for omissa ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral. -

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada outorgante na posse de um exemplar. -----

Braga, ... de março de 2021

 Pelo Município de Braga,

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Junta de Freguesia de Gualtar

\_\_\_\_\_  
(João Paulo Carvalho Vieira)